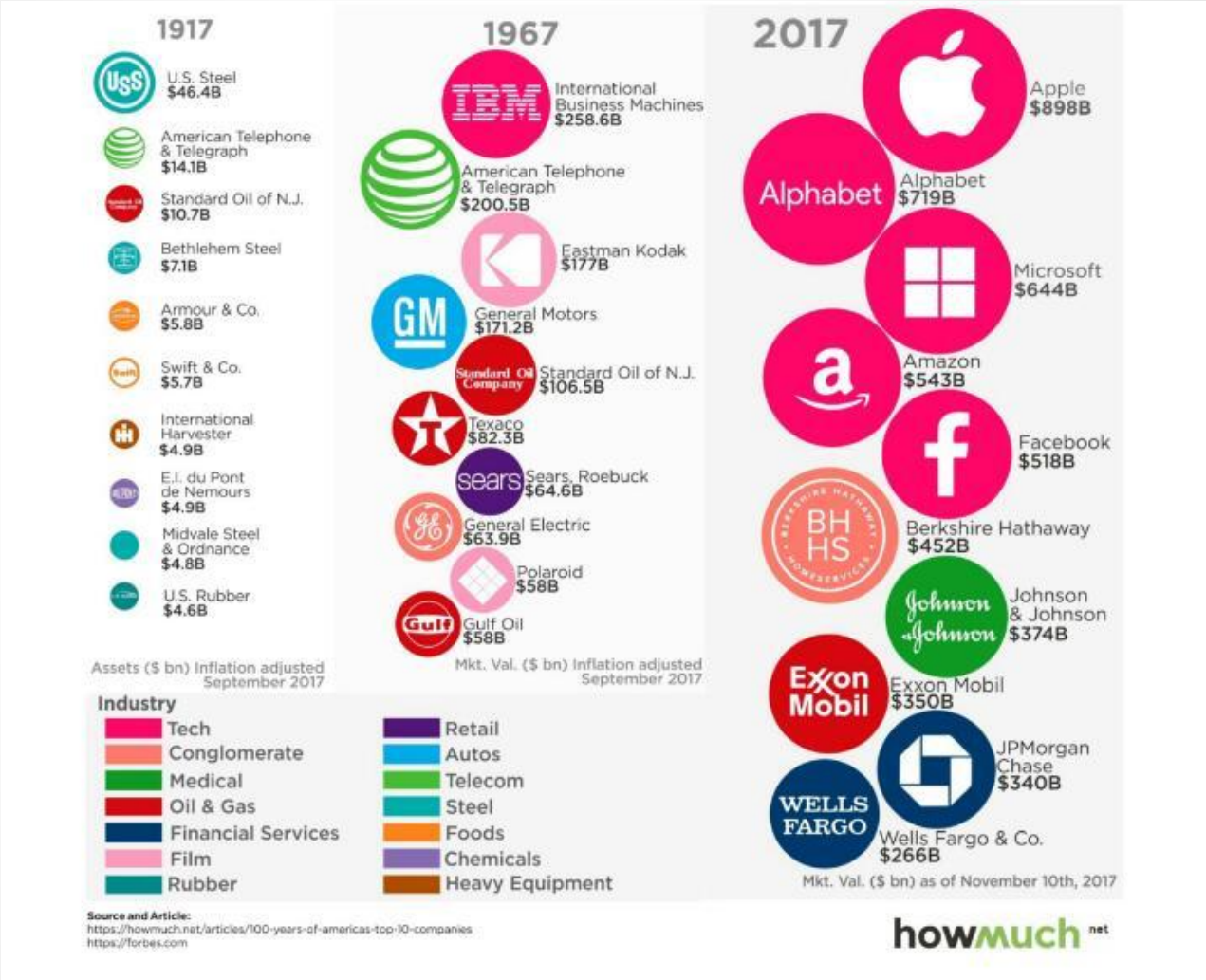
Aspectos relevantes sobre as **Contratações de Bens e Serviços de TI**

Ivanildo Guerra

Diretor de Gestão e Governança de TI
Agência Estadual de Tecnologia da Informação
Governo de Pernambuco

As 10 mais valiosas empresas americanas em 100 anos



ACÓRDÃO T.C. Nº 1198/14 TCE-PE

"[...] obter um diagnóstico da situação da **governança de tecnologia da informação na Administração Pública Estadual**, visando identificar os pontos mais vulneráveis suscetíveis de providências por parte de cada um de seus Órgãos e Entidades, **bem como por parte das instituições responsáveis pela instituição de normas e políticas públicas de Tecnologia da Informação no Estado".**

Pontos Chaves de Auditoria, Keywords e/ou Áreas de Conhecimento (Sem ordem de prioridade)

1. Políticas de TIC
2. Comitê de TIC
3. Planejamento Estratégico
4. Processo Orçamentário de TIC
5. Desempenho dos Gestores
6. Capacitação de TIC
7. Terceirização
8. Segurança da Informação
9. Desenvolvimento de Software
10. Gerenciamento de Projetos
11. Gestão de Serviços de TIC
12. Auditoria de TIC
13. Atas de Registro de Preços
14. Contratação e Gestão de Contratos de TIC
15. Governança de TI
16. Atuação da ATI

Recomendações vs Principais Pontos Chaves

Riscos

Serviços

Auditoria

Contratação

Relação recomendação do TCE-PE e Pontos Chave																	
Recomendação	Pontos Chaves																
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	Total
01 - Conscientização da alta administração	01																1
02 - Definir Objetivos,Indicadores, Metas e Mecanismos de acompanhamento		02															1
03 - Criação de Comitês de TIC			03														1
04 - Proposta de Planejamento Estratégico				04													1
05 - Planejamento Estratégico					05												1
06 - Estratégia Geral de TIC						06											1
07 - Mitigar riscos							07	08	09								3
08 - Elaboração e acompanhamento da execução do orçamento										10							1
09 - Transparência dos gastos de TIC no Orçamento do Estado											11						1
10 - Transparência das despesas de TIC por Unidade Gestora												12					1
11 - Acesso a funções de liderança													13				1
12 - Programa de capacitação													13				1
13 - Acompanhar desempenho dos gestores													13				1
14 - Plano anual de capacitação													13				1
15 - Popular os entes da APE														14			1
16 - Política de segurança da informação e inventário																16	1
17 - Modelo de Processo de Software															15		1
18 - Política de Processo de Software															15		1
19 - Gestão e fiscalização de contratos de Software																16	1
20 - Metodologia de gerência de projeto										10							1
21 - Processo gerenciamento de projeto										10							1
22 - Gestão de Serviços de TIC								08			11						2
23 - Processo de gestão de Serviços de TIC								08			11						2
24 - Qualidade de serviços de TIC								08			11						2
25 - Auditoria interna								08			11	12					3
26 - Auditoria de TIC							07	08	09			12					4
27 - Ata de registro de preço	01												13			16	2
28 - Planejamento da contratação de bens e serviços de TIC			03		05									14		16	4
29 - Processo de contratação de bens e serviços de TIC							07	08							15	16	4
30 - Aprimorar a efetividade	01						07										2

CTI e Política de Governança Digital

Processo de Aquisição de Soluções de TIC

PSI

Projeto de Governança de TI - 20 anos em 2

DECRETO Nº 1.048, DE 1994. Cria o Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática, da Administração Pública Federal

2000
- e e-GOV
- Executivo
- no
- o (CEGE)
- a
- e da
- ão
- de

2001
- tal Governo
- trônico
- raestrutura de
- aves Públicas – ICP
- sil
- tal Comprasnet
- ocomitê da Rede
- sil.gov no âmbito do
- GE

2002
- Documento "2 anos de Governo Eletrônico"
- Inventário de Recursos de TIC
- Subcomitês de certificação digital e de integração de sistemas administrativos
- Regras e diretrizes para os sítios da Adm. Pública Federal

2003
- Reestruturação dos Comitês Técnicos do CEGE e atribuição ao MP pelo apoio administrativo ao fórum

2004
- Novas diretrizes para o Programa e-GOV
- Departamento de Governo Eletrônico
- Padrões de Interoperabilidade em Governo Eletrônico (ePING)
- Rede de Comunicações Infovia
- Portal da Transparência

2005
- Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (eMAG)
- Uso obrigatório do pregão
- ePING institucionalizada
- Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização

2006
- Portal de Inclusão Digital
- 1ª Pesquisa de avaliação de Serviços com a Metodologia de Indicadores e Métricas de Serviços de Governo Eletrônico

2007
- Portal do Software Público Brasileiro
- eMAG obrigatório para órgãos do SISP
- Avaliador e Simulador para Acessibilidade de Sítios (ASES)

2008
- Padrões WEB (ePWG)
- Portal de Convênios do Governo Federal (SICONV)
- Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE)
- IN SLTI 04 - contratações de TI
- Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI)
- Agenda Nacional de Gestão Pública
- Projeto INFOVIA Brasil

2009
- Regimento Interno da Comissão de Coordenação do SISP
- Decreto Cidadão

2010
- IN SLTI n° 01 recomenda compra de computadores menos poluentes
- Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)
- 1ª Pesquisa TIC Governo Eletrônico

2011
- Modelo do Software Público
- Licença Pública de Marca (LPM)
- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF)
- Especialização em governo eletrônico
- Comitê Interministerial e Plano de Ação Nacional de Governo Aberto
- Avaliação 200 sítios e e-serviços de e-GOV
- Decreto do SISP

2012
- Lei de Acesso à Informação
- Portal da Pessoa com Deficiência
- INFOVIA em operação
- Decreto n° 7.641, que trata transferências de recursos da União no Portal Siconv
- Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA)
- Portal Brasileiro de Dados Abertos
- Metodologia de Gerenciamento de Projeto e Guia de Processo de Software para o SISP

2013
- Cidades Digitais
- Decreto n° 8.135, que trata das comunicações de dados da APF
- Identidade Digital de Governo (IDG)

2014
- Marco Civil da Internet
- Dez anos do Padrão ePING
- Nova portaria da ePING
- Portal Participa.br
- Versão beta do VLibras (tradutor automático de conteúdos digitais para Libras)

2015
- Novo Portal de Serviços do Governo Federal
- Novo Portal do Software Público
- Programa Bem Mais Simples Brasil
- Processo Eletrônico Nacional
- Sistema Eletrônico de Informação – SEI
- Estratégia de Governança Digital (EGD)

Projeto de Governança de TI - 20 anos em 2

2008

- Padrões WEB (ePWG)
- Portal de Convênios do Governo Federal (SICONV)
- Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE)
- IN SLTI 04 - contratações de TI
- Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI)
- Agenda Nacional de Gestão Pública
- Projeto INFOVIA Brasil

2010

- IN SLTI n° 01 recomenda compra de computadores menos poluentes
- Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)
- 1ª Pesquisa TIC Governo Eletrônico

- Lei de Ac
  Informaç
- Portal da
  Deficiên
- INFOVIA
- Decreto
  trata tra
  recursos
  Portal Si
- Infraestr
  de Dado
- Portal Br
  Dados A
- Metodol
  Gerencia
  Projeto e
  Processo
  para o S

2009

- Regimento Interno da Comissão de

- Modelo do Software Público

IN04 SLTI do Ministério do Planejamento

Histórico

2008
2010
2014 (versão vigente)

Resolução n° 182/2013 CNJ
Resolução n° 102/2013 CNMP

Fundamentações da IN04
Legislação, Normas e Padrões

Constituição Federal
Lei 8.666 de 93
Lei nº 10.520 de 2002
Súmulas e Acórdãos do TCU

Melhores Práticas do Mercado

– ABNT NBR ISO/IEC 38500:2009 - Governança corporativa de tecnologia da informação
- ABNT NBR ISO 21500:2012 - Orientações sobre Gerenciamento de Projetos;
- ABNT NBR ISO/IEC 2 [illegible] ões;
- ABNT NBR ISO/IEC 2 [illegible]
- ABNT NBR ISO/IEC 2 [illegible]
- ABNT NBR ISO 22301:2013 - Segurança da sociedade - Sistema de gestão de continuidade de negócios - Requisitos;
- ABNT NBR ISO 31000:2009 - Gestão de riscos - Princípios e diretrizes;
- ABNT NBR ISO/IEC 15504 - Avaliação de Processo;
- ABNT NBR ISO 19011 - Diretrizes para Auditoria de Sistema de Gestão da Qualidade.
COBIT
ITIL
PMBOK
MPS-BR
CMMI – ACQ

LEI Nº 4.150, de 1962.

Legislação, Normas e Padrões Estaduais

Decreto N° 40.330 de2014 substituiu o Decreto Estadual Nº 30.492 de 2007
Portaria SAD Nº 463 DE 14 DE 02 DE 2014
Decreto Estadual Nº 32.539 de 2008 (pregão)
Decreto Estadual Nº 42.530 de 2015 substituiu n°39.437-13 - Regulamenta SRP

Súmulas e Acórdãos do TCE

Normas e padrões publicados no portal da ATI

Decreto N°40.330

"[...] § 1º Para efeito do disposto neste Decreto, considera-se **aquisição** qualquer forma de obtenção, **onerosa ou não**, de **bens** ou **serviços**, incluindo a cessão de direito de uso, comodato, regime de parceria, serviços de terceiros, empréstimo por tempo determinado ou indeterminado e o uso de programas livres."

Decreto N°40.330

•Decreto cita a obrigatoriedade de PDTI, mas não trata sobre atualização e operacionalização;

•As exigências de responsabilização do titular do órgão, do gestor de TIC ou do gestor demandante não são cumpridas por todos os órgãos;

•A participação da ATI ocorre geralmente apenas no final do processo, quando já está elaborado o TR;

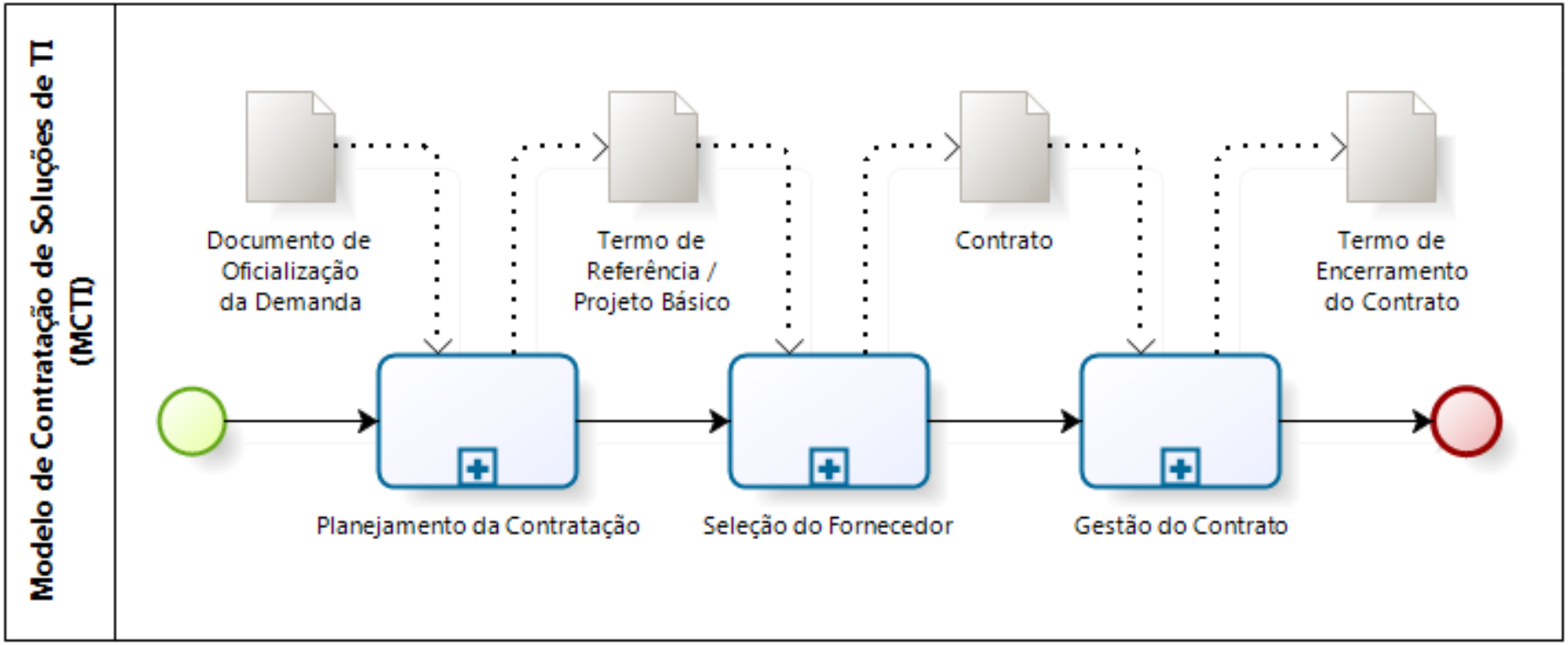
•Obrigatoriedade de TR para adesão a ARPs

Portaria SAD Nº 463 de 2014

Lista de bens e serviços de TI

o que é TI?

Macroprocesso das contratações públicas de TI – IN04



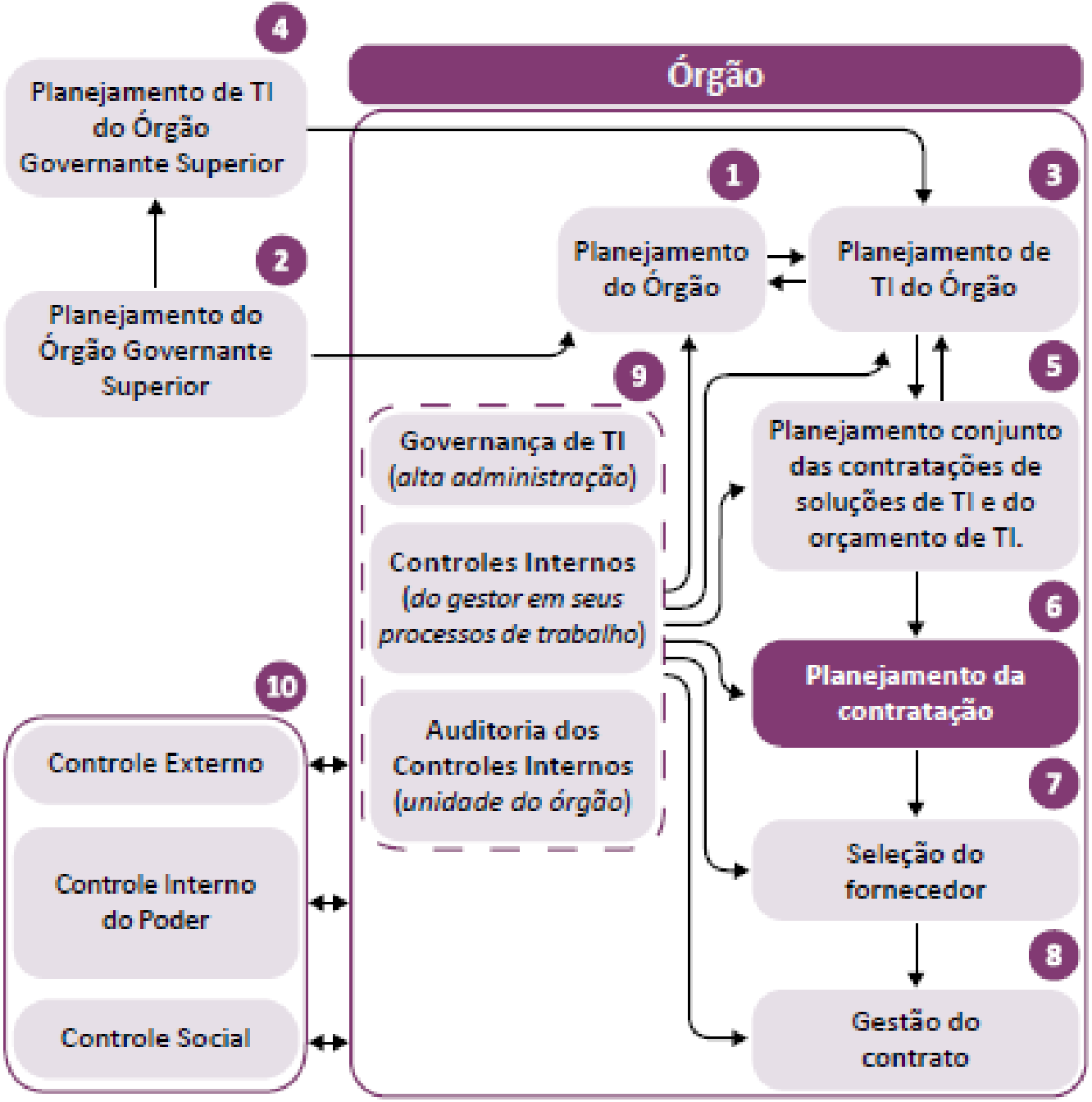
Macroprocesso das contratações públicas de TI – IN04

BRAHMA
BRAHMA
Claro 4G MAX
GUANABARA
Topper
Topper

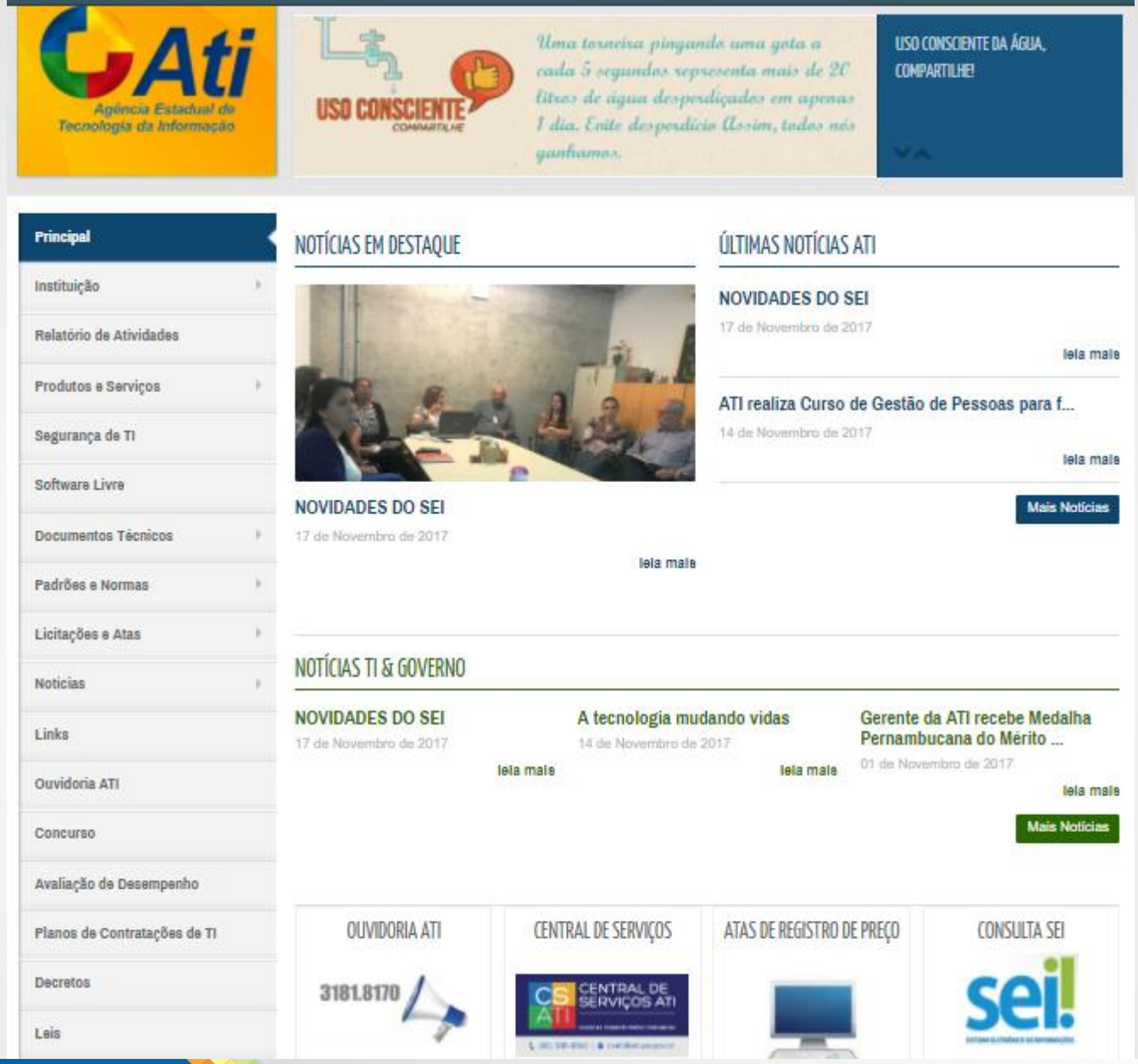
EU ACREDITO DEMAIS NA SORTE, E TENHO CONSTATADO QUE, QUANTO MAIS DURO EU TRABALHO, MAIS SORTE EU TENHO.

-THOMAS JEFFERSON

10
BRASIL



Fonte: Guia de boas práticas em contratação de soluções de tecnologia da informação : riscos e controles para o planejamento da contratação/ Tribunal de Contas da União. – Versão 1.0. – Brasília: TCU, 2012.


Ati
Agência Estadual de Tecnologia da Informação
USO CONSCIENTE
COMPARTILHE
Uma torneira pingando uma gota a cada 5 segundos representa mais de 20 litros de água desperdiçados em apenas 1 dia. Evite desperdício. Assim, todos nós ganhamos.
USO CONSCIENTE DA ÁGUA, COMPARTILHE!
Principal
Instituição
Relatório de Atividades
Produtos e Serviços
Segurança de TI
Software Livre
Documentos Técnicos
Padrões e Normas
Licitações e Atas
Notícias
Links
Ouvidoria ATI
Concurso
Avaliação de Desempenho
Planos de Contratações de TI
Decretos
Leis
NOTÍCIAS EM DESTAQUE
NOVIDADES DO SEI
17 de Novembro de 2017
leia mais
ÚLTIMAS NOTÍCIAS ATI
NOVIDADES DO SEI
17 de Novembro de 2017
leia mais
ATI realiza Curso de Gestão de Pessoas para f...
14 de Novembro de 2017
leia mais
Mais Notícias
NOTÍCIAS TI & GOVERNO
NOVIDADES DO SEI
17 de Novembro de 2017
leia mais
A tecnologia mudando vidas
14 de Novembro de 2017
leia mais
Gerente da ATI recebe Medalha Pernambucana do Mérito ...
01 de Novembro de 2017
leia mais
Mais Notícias
OUVIDORIA ATI
3181.8170
CENTRAL DE SERVIÇOS
CENTRAL DE SERVIÇOS ATI
ATAS DE REGISTRO DE PREÇO
CONSULTA SEI
sei!

www.contratacoes.ati.pe.gov.br/ecossistemas-portal/

Apps | ownCloud | Enap Virtual | Personalizar Links | Guia de Boas Práticas | 8 ferramentas para fa | MediaWiki - Agência | Veduca - Curso - Apr | Contratos de TI - Ace | Outros favo

Pernambuco

PERNAMBUCO | GOVERNO | SECRETARIAS | PROGRAMAS | NOTÍCIAS | RÁDIO SEI | EXPRESSO CIDADÃO VIRTUAL | ACESSO À INFORMAÇÃO

Contratações de TI

MENU DO SISTEMA

Home

Aquisições

Listar

Esta consulta retornará a lista de aquisições relacionadas a cada entidade do Estado de Pernambuco.

Filtro: Secretaria de Administração (SAD)

Classificação das Necessidades

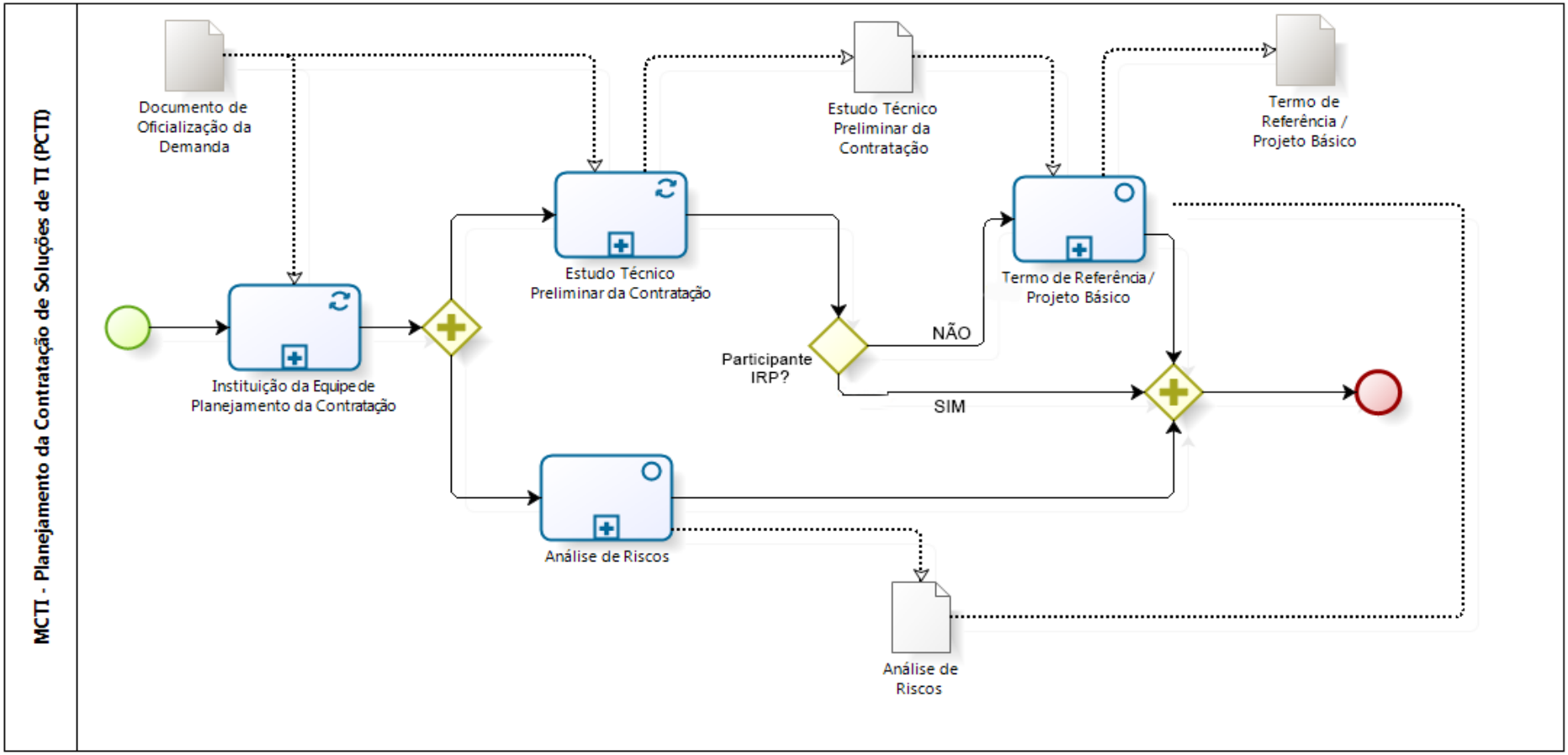
Limpar

Mostrar 50 registros

Pesquisar:

Ação	Secretaria/Órgão	Descrição	Unid	Qtd	Contratação (Estado)	Previsão	Grupo	Subgrupo
	Secretaria de Administração (SAD)	Aquisição de Microcomputadores para SAD	UN	60	Nova contratação	06/2017	Infraestrutura	Estações de Trabalho e Dispositivos Móveis

Macroprocesso de Planejamento



Equipe de Planejamento

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Equipe de Planejamento da Contratação

Definição: Equipe responsável pelo planejamento da contratação, composta por:

- Integrante Técnico;
- Integrante Administrativo;
- Integrante Requisitante.

Fases de que participa: PCTI.

Áreas envolvidas

ÁREA REQUISITANTE DA SOLUÇÃO

Área Requisitante da Solução

Definição: Unidade do órgão ou entidade que demande a contratação de uma Solução de Tecnologia da Informação.

Fase de que participa: PCTI.

Atividade de que participa:

- PCTI-P1: Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação;
- PCTI-P4: Termo de Referência ou Projeto Básico.

Áreas envolvidas

ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Área de TI

Definição: Unidade setorial ou seccional do SISP, bem como área correlata, responsável por gerir a Tecnologia da Informação do órgão ou entidade.

Fases de que participa: PCTI, SFTI.

Áreas envolvidas

ÁREA ADMINISTRATIVA

Área Administrativa

Definição: Unidade(s) do órgão ou entidades responsável(is) pela condução dos procedimentos administrativos referentes à composição do instrumento convocatório e à realização da licitação.

Fases de que participa: PCTI, SFTI.

Áreas envolvidas

ÁREA DE LICITAÇÕES

Área de Licitações

Definição: Órgão, área ou setor de uma Entidade da Administração Pública contratante responsável pelas atividades envolvidas no processo licitatório.

Fase de que participa: SFTI.

Nichos x Colaboração

Ivanildo.guerra Discussão Preferências Páginas vigiadas Contribuições Sair

Ati
Agência Estadual de Tecnologia da Informação

Main page Discussão Ler Editar Ver histórico Mais Pesquisa

Página principal
Mudanças recentes
Página aleatória
Ajuda

Ferramentas
Páginas afluentes
Alterações relacionadas
Enviar arquivo
Páginas especiais
Versão para impressão
Ligação permanente

Página principal

Índice [ocultar]

1 Base de Conhecimento - Governo do Estado de Pernambuco
2 Links Importantes
3 Como inserir e consultar uma informação?
4 O que deve e o que não deve ser publicado aqui?
5 Não sabe como utilizar? Precisando de uma ajuda?
6 Colabore

Base de Conhecimento - Governo do Estado de Pernambuco

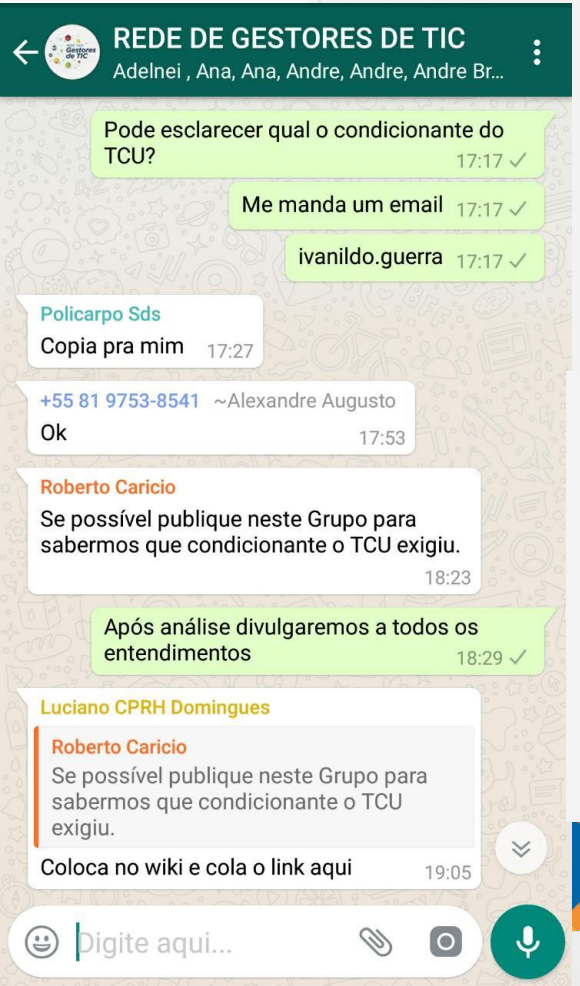
[editar]

Links Importantes		
Atas de Registro de Preço	ARP.Ati ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS	Visualize as Atas de Registro de Preço disponibilizadas pela ATI.
Arquitetura Corporativa	A. Architecture Vision B. Busines Architect	Visualize a Arquitetura Corporativa.
Encontro dos Gestores de TI	ENCONTRO DOS Gestores de TI	Informações e conteúdo das apresentações dos Encontros dos Gestores de TI promovidos pela ATI.

REDE DOS
Gestores de TIC

Ati Agência Estadual de Tecnologia da Informação | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | GOVERNO DO ESTADO Pernambuco JUNTOS, FAZEMOS MAIS.

/atipernambuco | http://www.ati.pe.gov.br/ | +55 81 3181.8000



5 encontros presenciais em 2017
Último transmitido ao vivo pelo YouTube

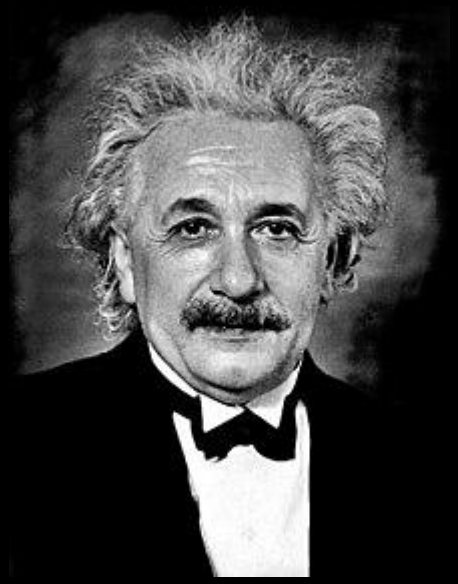
YouTube

SEBRAE | AMUPE | Cefospe | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | GOVERNO DO ESTADO Pernambuco MAIS DO QUE VOCÊ IMAGINA

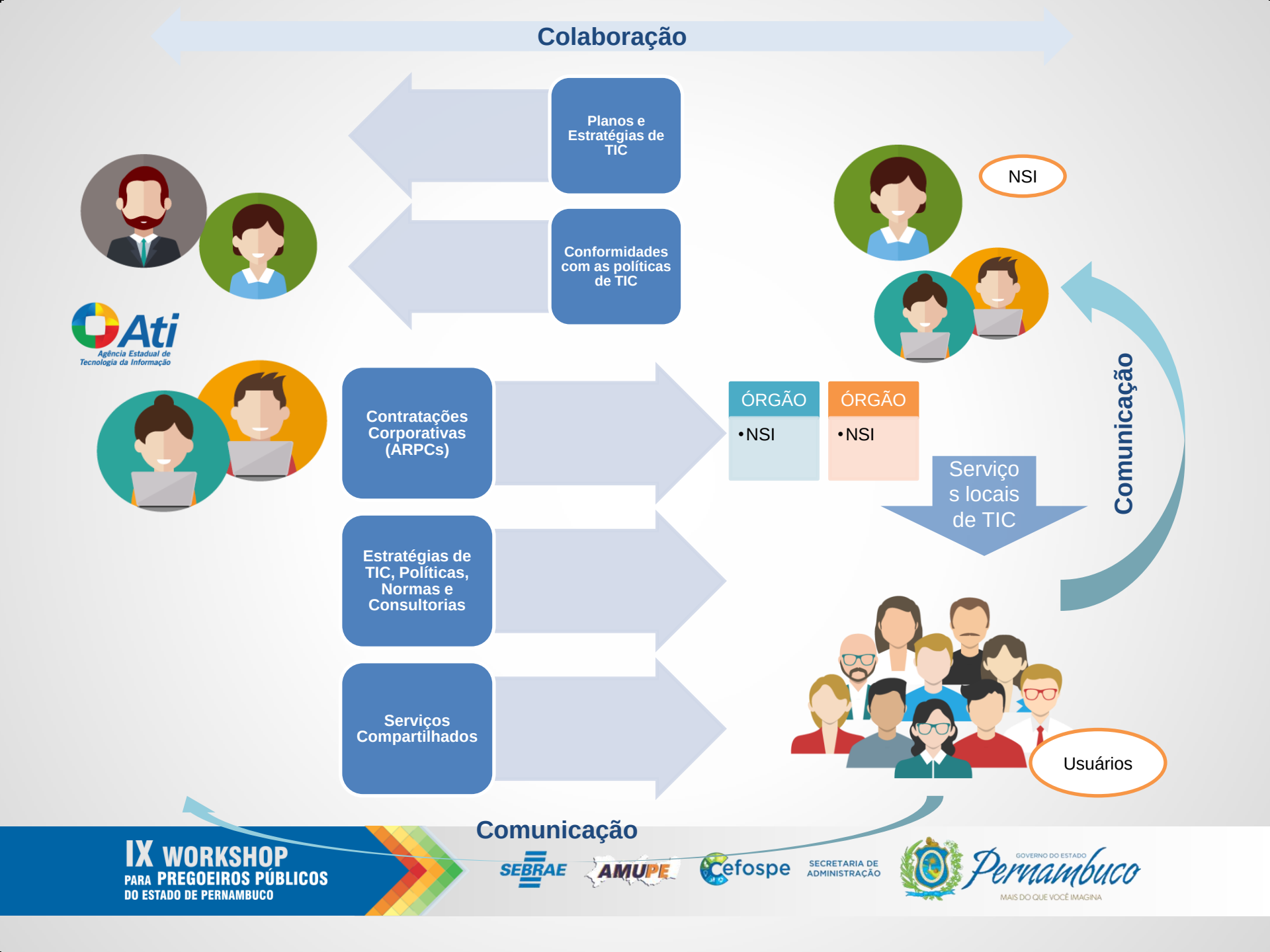
Descentralização coordenada

Balancear de forma racional
o melhor da centralização e
descentralização.

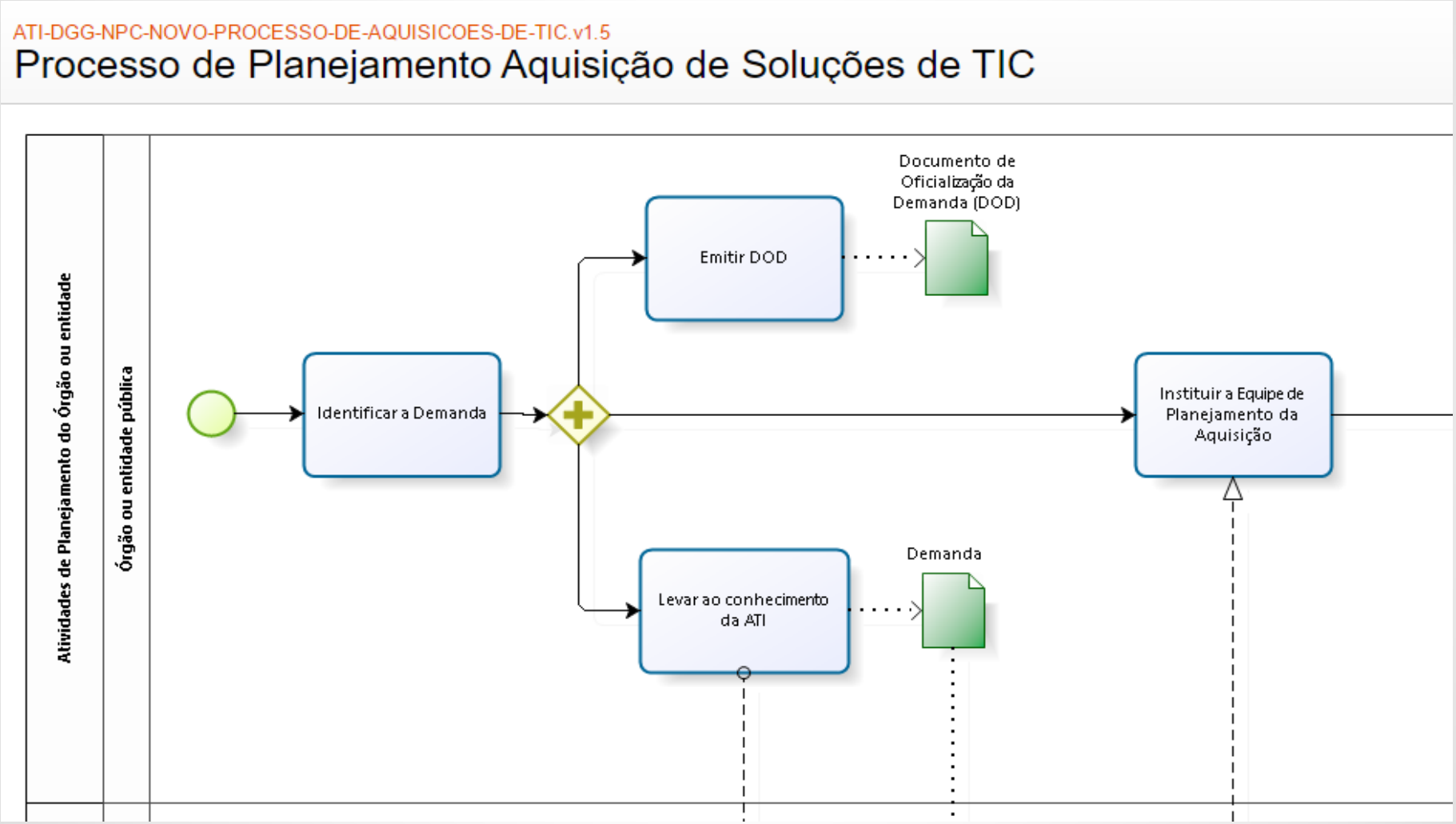
(Albert Einstein)



As palavras NÃO Einstein, a imagem foi só para chamar atenção para algo importante ☺


Colaboração
Planos e Estratégias de TIC
Conformidades com as políticas de TIC
NSI
Ati
Agência Estadual de Tecnologia da Informação
Contratações Corporativas (ARPCs)
ÓRGÃO
•NSI
ÓRGÃO
•NSI
Serviços locais de TIC
Comunicação
Estratégias de TIC, Políticas, Normas e Consultorias
Serviços Compartilhados
Usuários
Comunicação
IX WORKSHOP
PARA PREGOEIROS PÚBLICOS
DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SEBRAE
AMUPE
Cefospe
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO
Pernambuco
MAIS DO QUE VOCÊ IMAGINA

Processo de Planejamento...



ARPC, políticas e normas

Contratações de TI em 2015 no Gov de PE

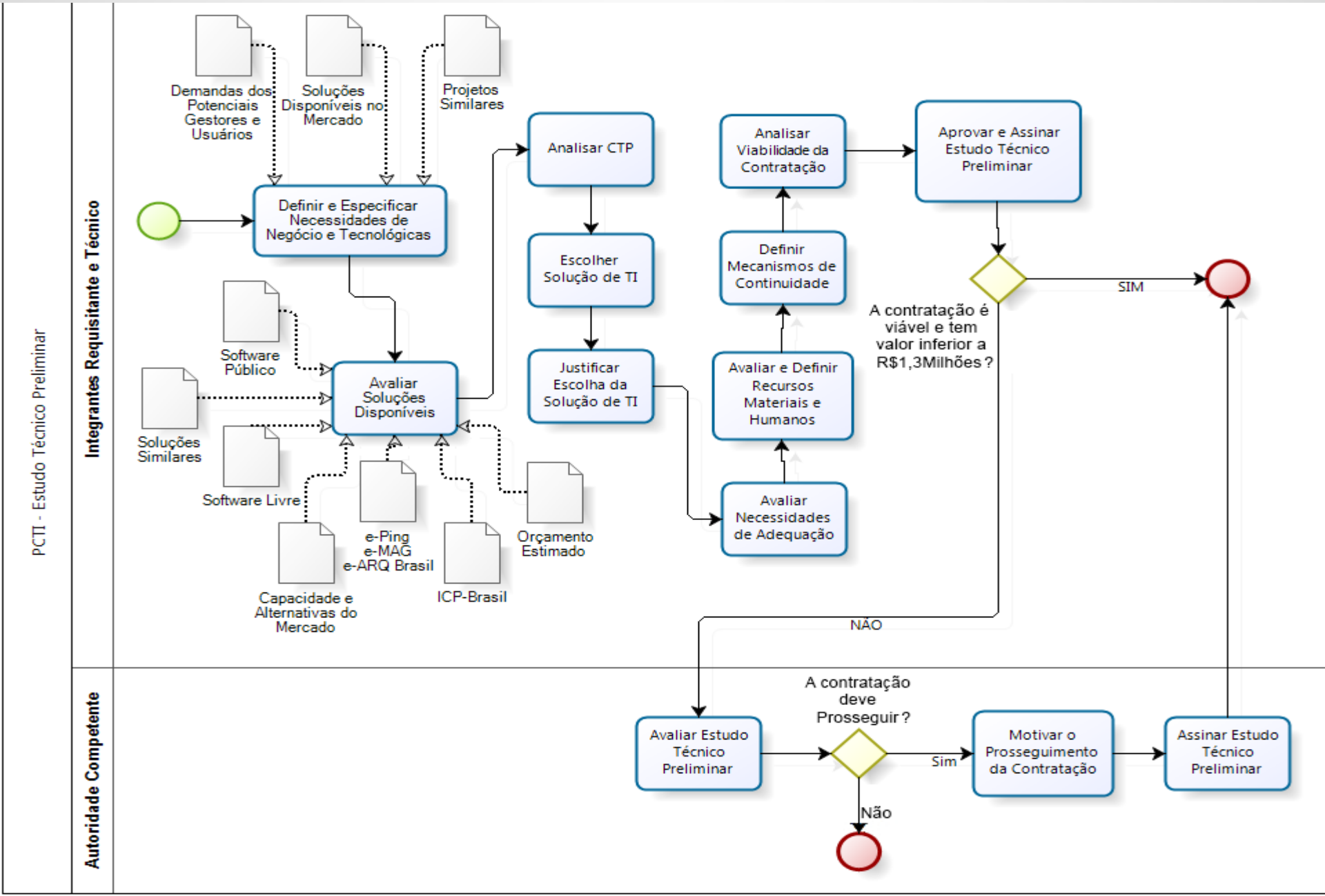
Ordem	Objeto	Qtd.	%
1º	Estação de Trabalho	46	24,08%
2º	Impressora	31	16,23%
3º	Licença de uso	22	11,52%
4º	Desenvolvimento de sistemas	22	11,52%
5º	Serviço de suporte	10	5,24%
	TOTALIZAÇÂO		68,59%

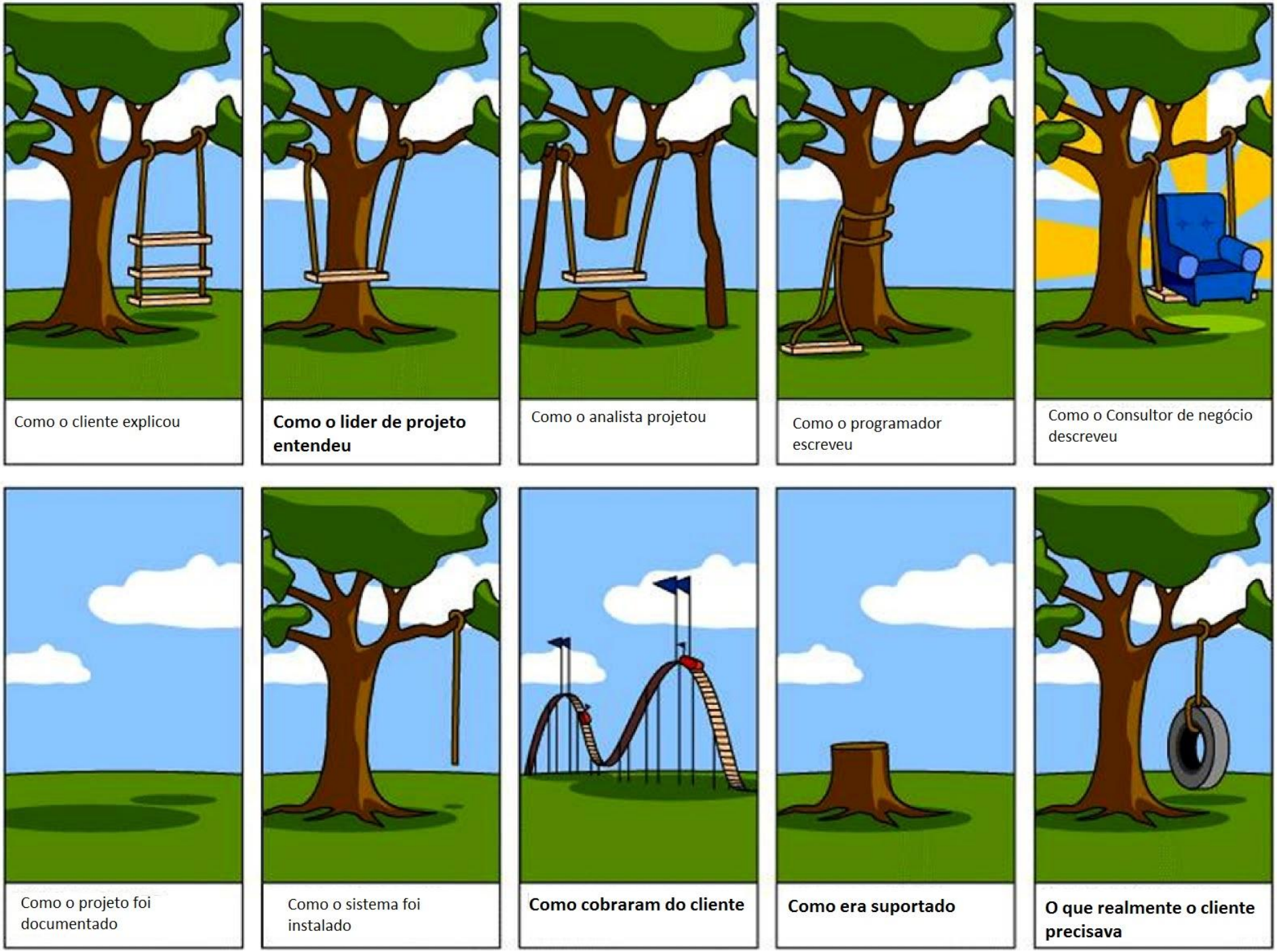
ARP.Ati
ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Índice [ocultar]

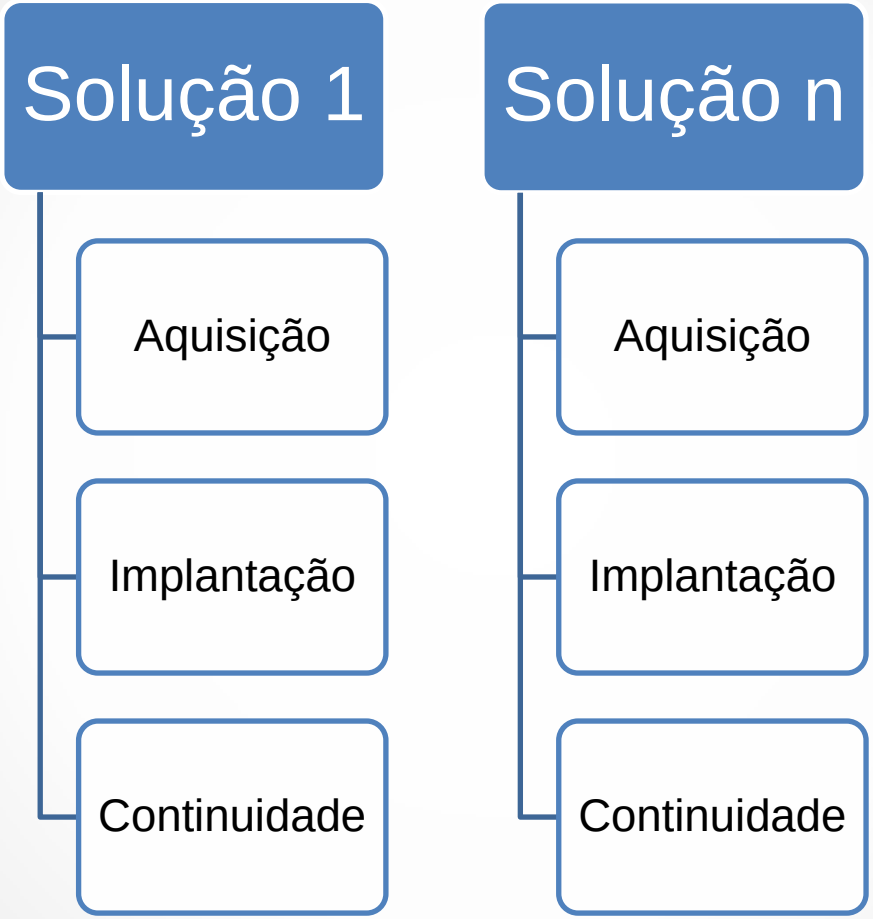
1 Atas de Registro de Preços
- 1.1 DISPONÍVEIS PARA ADESÃO
  - 1.1.1 Certificados Digitais
  - 1.1.2 Desenvolvimento de Portais
  - 1.1.3 Antivírus
  - 1.1.4 Desenvolvimento de Sistemas e Contagem de Pontos de Função
  - 1.1.5 Service Desk
    - 1.1.5.1 CATÁLOGO DE SERVIÇOS
  - 1.1.6 Makerall
- 1.2 EM ANDAMENTO
  - 1.2.1 Impressão Departamental
  - 1.2.2 Aquisição de Estações de Trabalho
  - 1.2.3 Locação de Estações de Trabalho
  - 1.2.4 Serviços de Manutenção e Extensão da Malha de Fibras Óticas
  - 1.2.5 Aquisição de Ativos de DataCenter
  - 1.2.6 Certificado Digital (2º Ciclo)
  - 1.2.7 AntiVírus (2º Ciclo)
  - 1.2.8 Desenvolvimento de Portais (2º Ciclo)
- 1.3 EM PLANEJAMENTO
  - 1.3.1 Ativos de Redes Locais
  - 1.3.2 Serviços de Redes Locais

Estudo Técnico Preliminar

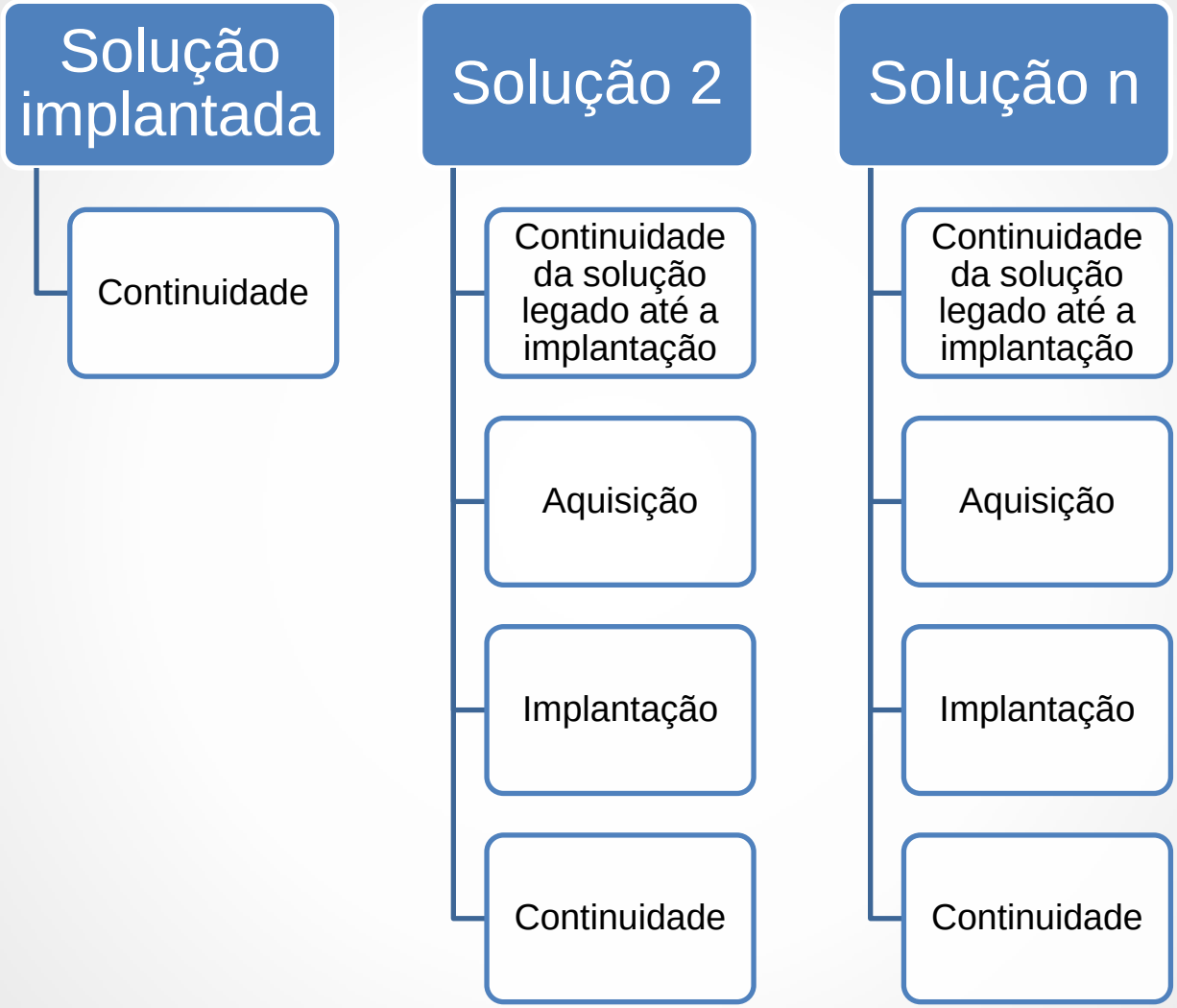



Como o cliente explicou
Como o lider de projeto entendeu
Como o analista projetou
Como o programador escreveu
Como o Consultor de negócio descreveu
Como o projeto foi documentado
Como o sistema foi instalado
Como cobraram do cliente
Como era suportado
O que realmente o cliente precisava

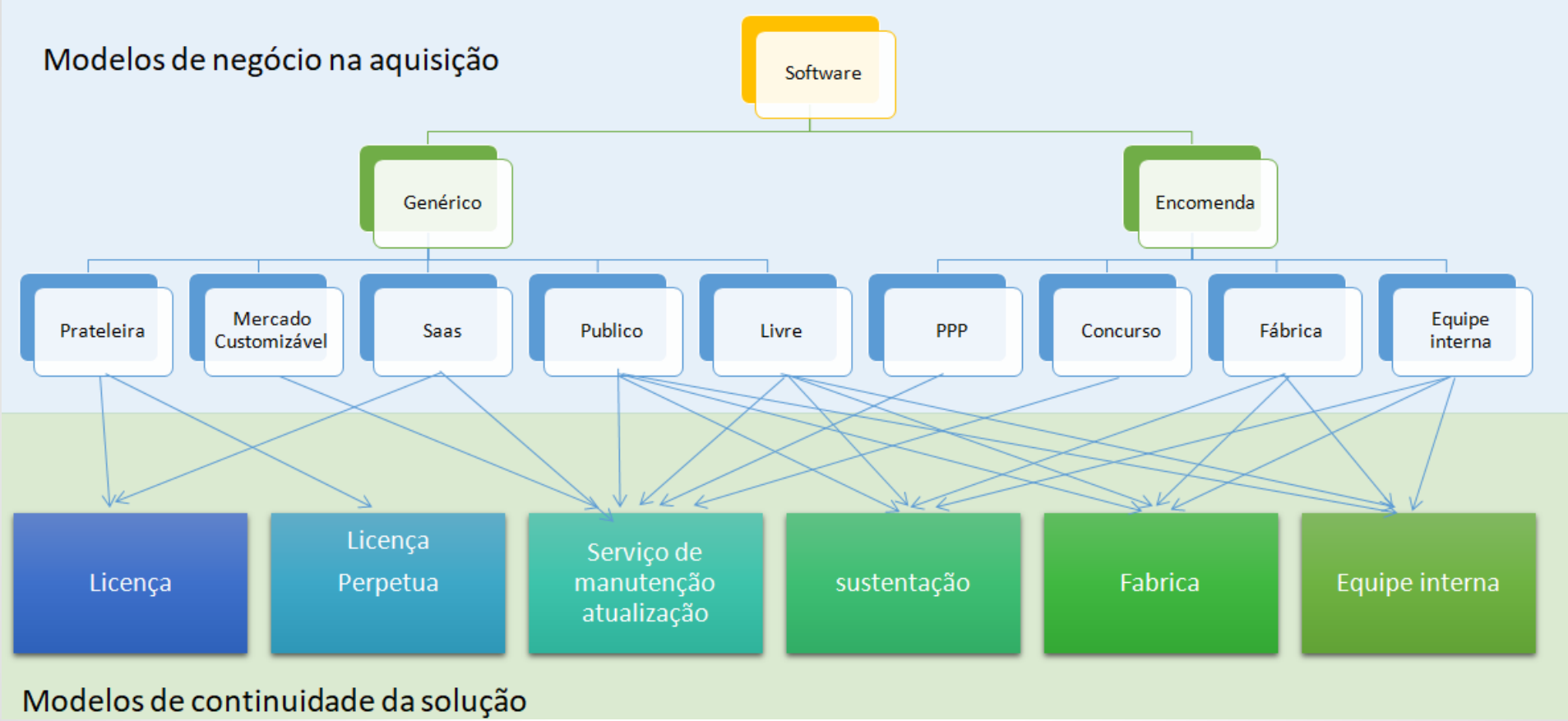
Comparação de cenários



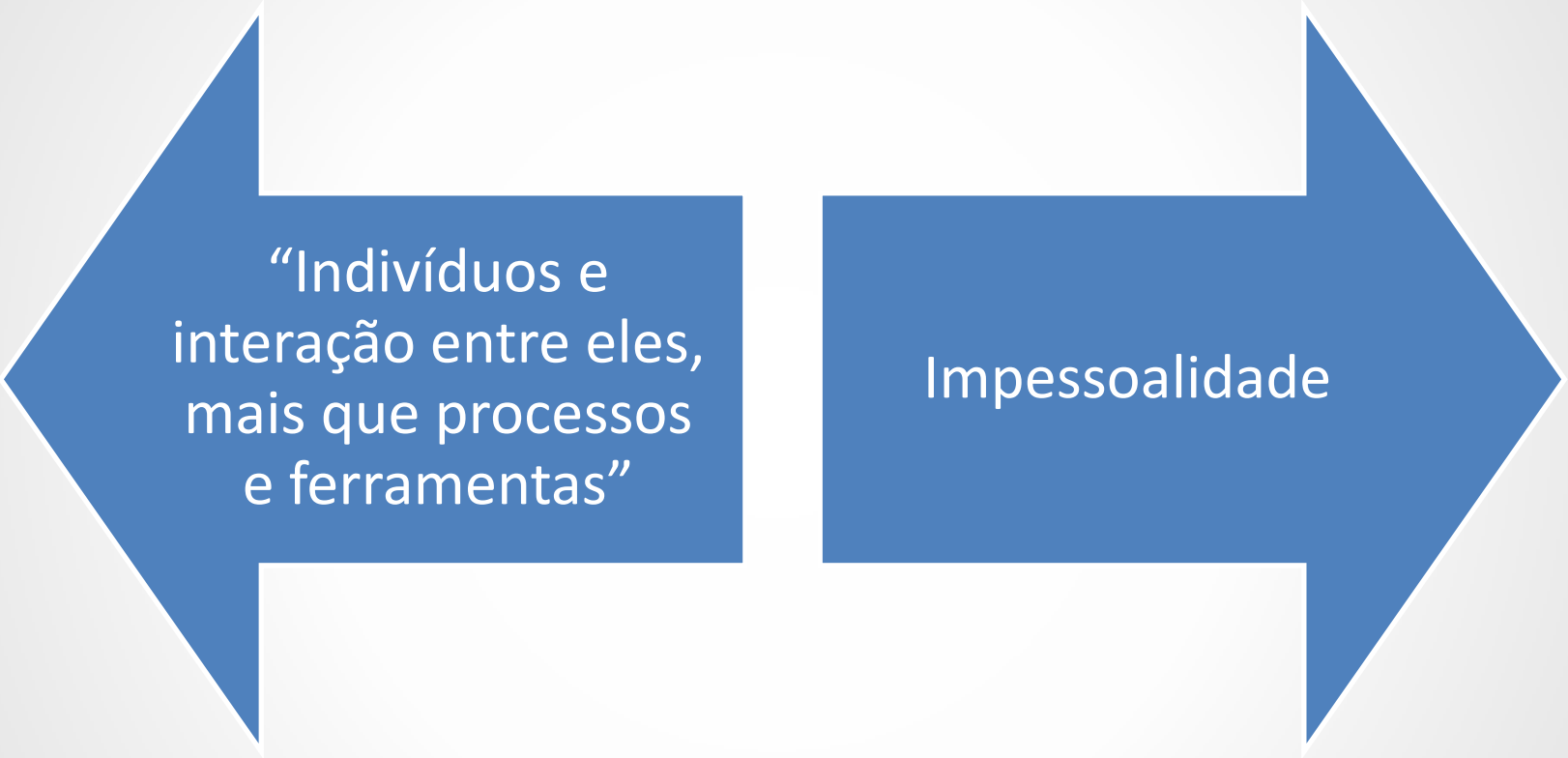
Comparação de cenários



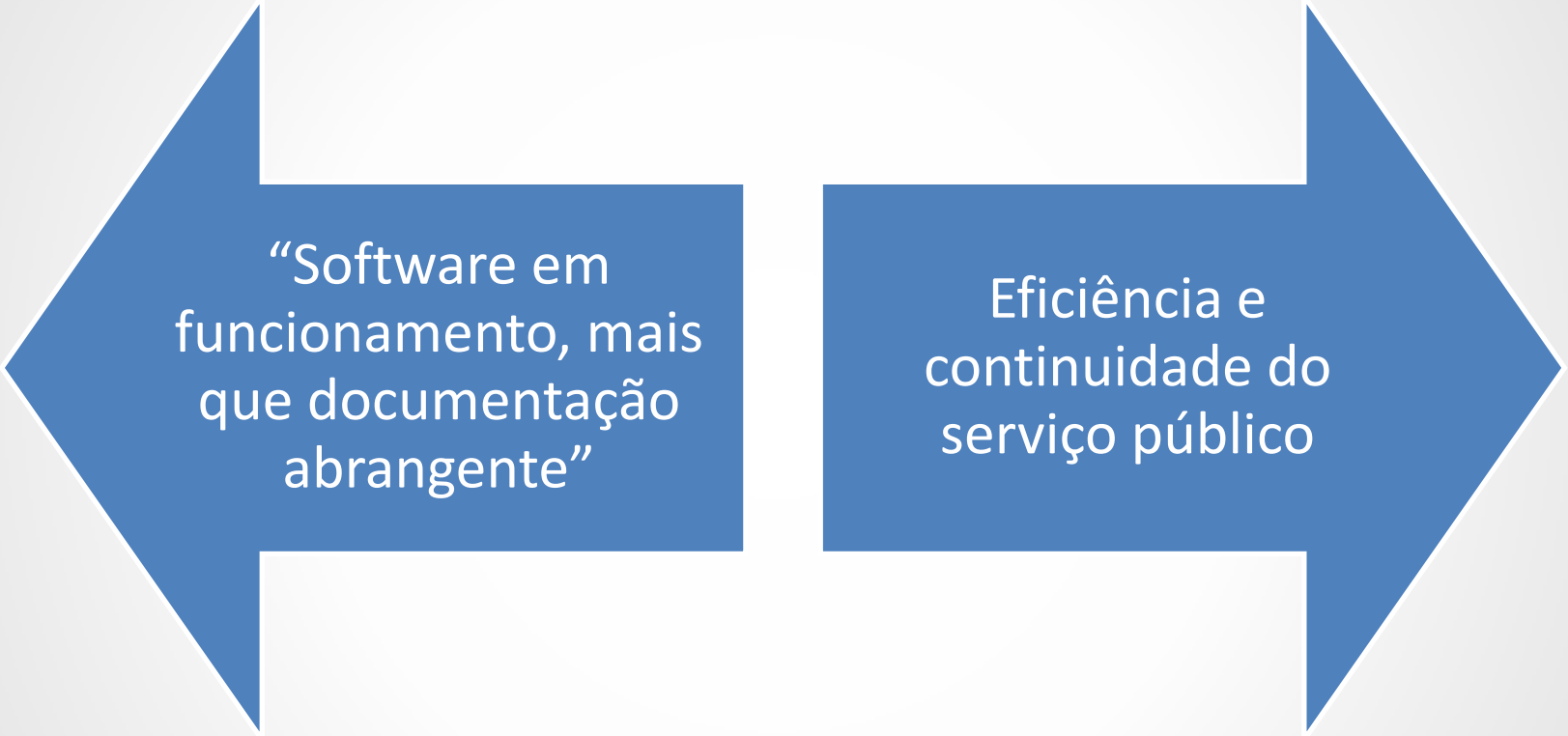
Comparação de cenários



Conflitos das melhores práticas de engenharia de Software ágil e da Administração Pública



Conflitos das melhores práticas de engenharia de Software ágil e da Administração Pública

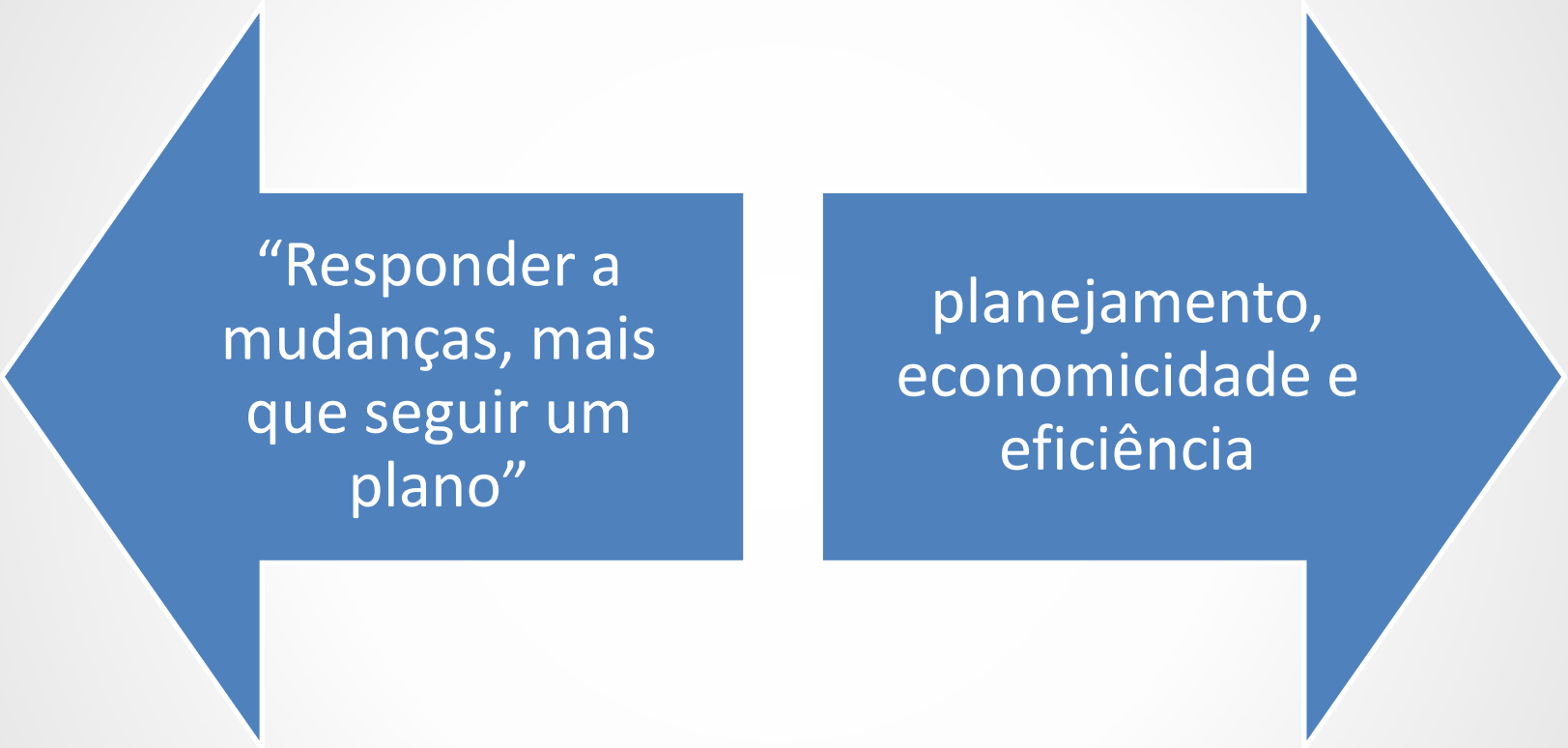


Conflitos das melhores práticas de engenharia de Software ágil e da Administração Pública

“Colaboração com o cliente, mais que negociação de contratos”

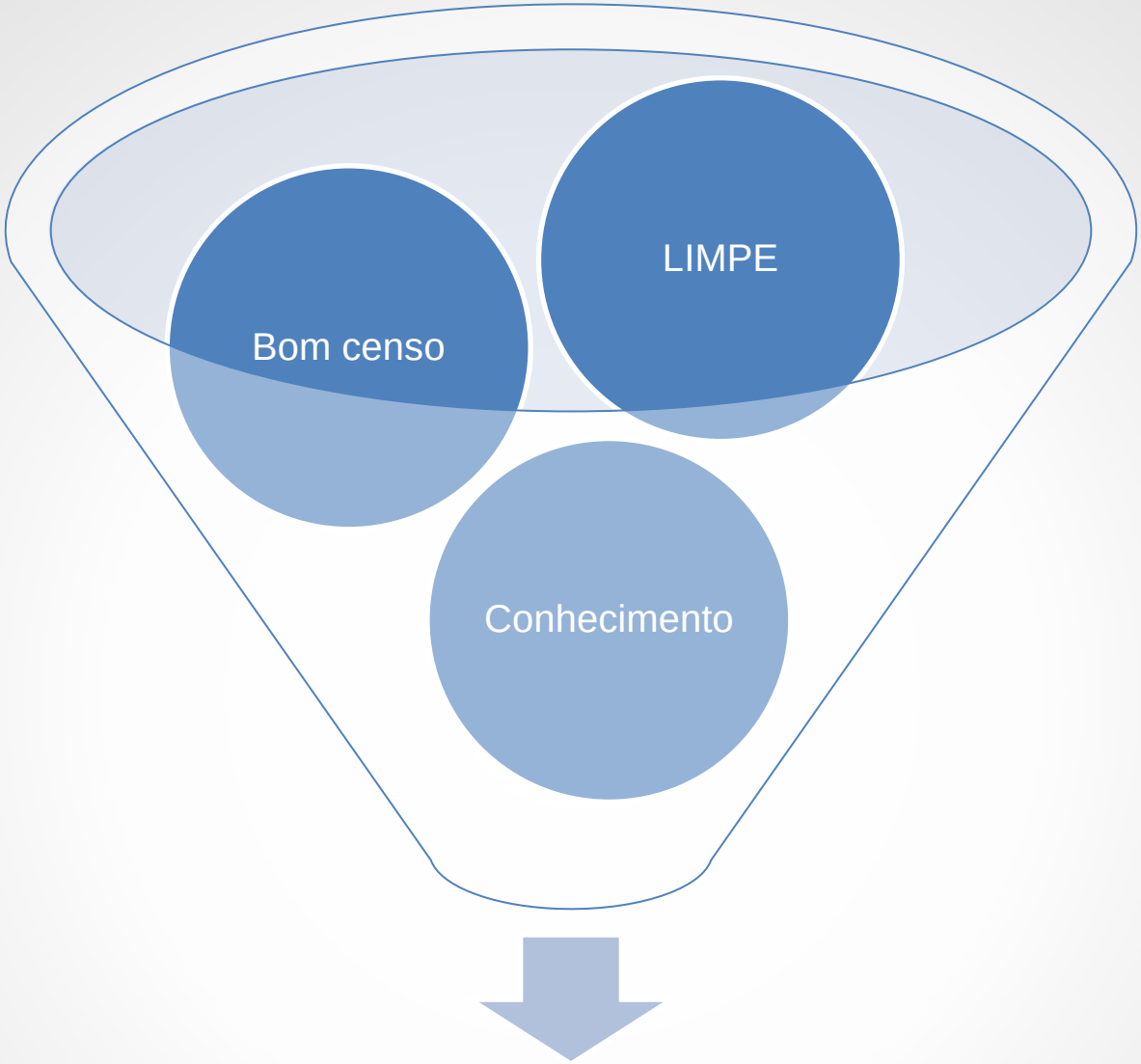
Vinculação ao instrumento convocatório

Conflitos das melhores práticas de engenharia de Software ágil e da Administração Pública



“O bom negócio só é bom negócio quando os dois lados ganham. Quando só um lado leva vantagem, o bom negócio acaba.”

Benjamim Franklin (1706 - 1790).



Documentar nos autos dos processos

Aspectos relevantes sobre as **Contratações de Bens e Serviços de TI**

Ivanildo Guerra

Diretor de Gestão e Governança de TI
Agência Estadual de Tecnologia da Informação
Governo de Pernambuco

Referências

1. http://www.sad.pe.gov.br/
2. http://www2.ati.pe.gov.br/web/site-ati
3. www.wiki.pe.gov.br
4. http://arquivo.governoeletronico.gov.br/mcti/MCTI.htm
5. http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/tecnologia_informacao
6. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm
7. http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/270265
8. https://www.governoeletronico.gov.br/eixos-de-atuacao/governo/sistema-de-administracao-dos-recursos-de-tecnologia-da-informacao-sisp/ncti-nucleo-de-contratacoes-de-tecnologia-da-informacao/orientacoes-e-vedacoes-para-contratacao-de-solucoes-de-ti
9. http://mcti.governoeletronico.gov.br/
10. https://www.governoeletronico.gov.br/eixos-de-atuacao/governo/sistema-de-administracao-dos-recursos-de-tecnologia-da-informacao-sisp/ncti-nucleo-de-contratacoes-de-tecnologia-da-informacao
11. COBIT® 5
12. COBIT® 4.1
13. Guia Pmbok® - 5ª Ed. 2014
14. Guia de Boas Práticas em Contratação Soluções de Tecnologia da Informação V2.0 SLTI/MPOG
15. Guia de boas práticas em contratação de soluções de tecnologia da informação v1.0 TCU
16. ACÓRDÃO T.C. Nº 1198/14 TCE-PE
17. ACÓRDÃO Nº 916/2015 - TCU
18. Decreto Estadual n°32539/2008 - Pregão Eletrônico
19. Decreto Estadual n°40441/2014 - Centralização compras e contratações
20. Portaria SAD n° 1899/2014
21. Decreto Estadual nº 40.330/2014
22. PORTARIA SAD Nº 463/2014
23. Decreto Estadual n° 42.530/2015– SRP
24. Decreto Estadual n° 38493/2012 - Nova Politica ME e EPP
25. Lei Complementar Federal n°147/2014
26. IN n° 04/2014 SLTI/MPOG
27. Resolução n° 182/2013 CNJ
28. Resolução n° 102/2013 CNMP
29. IN n° 05/2017 MPDG https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/IN-n-05-de-26-de-maio-de-2017---Hiperlink.pdf